

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL

DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS PARA AMÉRICA CENTRAL E AMÉRICA DO SUL

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezessete, foi realizada a reunião ordinária do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul. Aberta a reunião pelo Presidente Sr. António Davide Santos da Graça e secretariado pelo Conselheiro Sr. Luiz Paulo Figueiredo Pina, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos – de forma muito especial aos Conselheiros Sr. José Duarte de Almeida Alves e Sr. Vasco Frias Monteiro, anfitriões que colocaram as instalações do Centro Cultural Português de Santos-SP a inteira disposição do Conselho das Comunidades Portuguesas para América Central e América do Sul. O Sr. Presidente também justificou a ausência do Conselheiro Sr. David Augusto da Fonte por motivo de saúde. Em seguida, o Sr. Presidente António Davide Santos da Graça solicitou que fosse respeitado um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Joaquim Martins Pina – português, nascido em Loriga-Portugal, pai do Conselheiro e Secretário Sr. Luiz Paulo Figueiredo Pina, falecido no último dia 2 de fevereiro de 2017. Tratando-se o primeiro item: *Resumo dos assuntos tratados pelo Conselho Permanente*, foi passada a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Permanente Dr. Flávio Alves Martins, onde o mesmo destacou o trabalho dos Presidentes das Comissões Temáticas do Conselho das Comunidades Portuguesas, os conselheiros Sr. Comendador José Duarte de Almeida Alves (Comissão Temática para as Questões Consulares e da Participação Cívica), Sr. António de Freitas (Comissão Temática para as Questões Sociais e Económicas e dos Fluxos Migratórios) e Sr. José Fernando Campos Topa (Comissão Temática sobre o Ensino de Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação Social), parabenizando todos pelo trabalho desenvolvido junto ao Conselho das Comunidades Portuguesas. Encaminhou Moção de congratulações ao Sr. Conselheiro José Duarte de Almeida Alves, pelo trabalho desenvolvido a frente da Presidência do Centro Cultural Português de Santos-SP. Apresentou, também, Moção em reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para América Central e América do Sul, tendo a frente o Presidente Sr. António Davide Santos da Graça e do Sr. Luiz Paulo Figueiredo Pina. O Sr. Presidente do Conselho Permanente também propôs que a próxima reunião ordinária deste conselho, em 2018, seja realizada na Venezuela, em virtude da

grande comunidade portuguesa residente naquele país – bem como a situação delicada vivida por todos na Venezuela e aprovado por todos os (as) conselheiros (as). Com a palavra o Presidente do Conselho Permanente Dr. Flávio Martins o Sr. Presidente destacou os principais aspectos na gestão do Conselho Permanente: o recenseamento automático e voto eletrônico; a regulamentação da Lei dos Netos, de muito interesse especialmente para as comunidades da América do Sul (apresentando propostas aos conselheiros); emissão do Cartão do Cidadão pelos postos consulares, pois ainda existem locais que emitem o Bilhete do Cidadão (Argentina, por exemplo), solicitando que o prazo de validade do Cartão do Cidadão e Passaporte passem a ter o prazo de validade aumentado dos atuais 5 (cinco) anos para 10 (dez) anos – nem que para isso se alterem os valores cobrados pela emissão dos mesmos. Quanto ao ensino do português no estrangeiro, apresentou proposta ao governo para que o referido ensino seja gratuito para as comunidades portuguesas, bem como a expansão e melhoria deste serviço. Mostrou descontentamento com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, pois antes da implantação do Espaço do Cidadão no Consulado Geral de Portugal em São Paulo-SP o Conselho das Comunidades Portuguesas seria contactado, o que não aconteceu. Também informa que solicitou que os Conselhos Consultivos fossem cumpridos, mas até hoje alguns postos consulares não possuem Conselho Consultivo, como é o caso dos Estados do Rio de Janeiro, Pará, Rio Grande do Sul entre outros. Solicitou, também, que os Conselheiros estejam presentes nos Conselhos Consultivos. Reforçou quanto a dificuldade no atendimento aos utentes nos Postos Consulares, destacando que os referidos postos possuam funcionários capacitados e competentes para exercer este importante cargo. O Sr. Presidente do Conselho Permanente Dr. Flávio Alves Martins não esqueceu de destacar a questão do relacionamento das Chefias dos Postos Consulares com os Conselheiros das Comunidades Portuguesas, eleitos democraticamente pelas Comunidades Portuguesas. Muitos conselheiros reclamam da falta de respeito e indiferença que são tratados pelos Postos Consulares. Desta forma, o Sr. Presidente propôs ao Governo Português que, em seus eventos, atos, visitas, seminários, etc. o Conselho das Comunidades Portuguesas seja previamente avisado e que seu(s) conselheiro(s) da área em que ocorrer o evento seja incluído como parte da comitiva do Governo. Mencionou a dificuldade orçamentária do Conselho das Comunidades Portuguesas, em especial as Comissões Temáticas que necessitam se reunir para debater os diversos

assuntos inerentes a cada comissão. Comunicou que fará cobranças ao Governo para que se cumpra a Lei, bem como lutar para que este ano seja votado o orçamento para o ano de 2018 para o Conselho das Comunidades Portuguesas. Outra preocupação é quanto à comunicação do Conselho das Comunidades Portuguesas, onde deveria existir um site próprio para estreitar a comunicação entre o Conselho e as Comunidades espalhadas pelo Mundo, bem como a divulgação dos trabalhos desenvolvidos por este conselho. Registrou Voto de Louvor para os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dr. Álvaro Esteves e Dra. Ana Cristina Tavares, por toda a dedicação e apoio dispensados ao Conselho das Comunidades Portuguesas. Por fim, destacou o trabalho desenvolvido pelo Conselho Permanente no ano de 2016 e 2017, com reuniões on-line pela internet – não gerando despesas para a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Passada a palavra ao Conselheiro do Brasil Dr. Ângelo Leite Horto, considerou que a criação dos Conselhos Regionais somente prejudicou o trabalho dos conselheiros, afastando os mesmos do Governo de Lisboa. Afirmou que o Governo não pode e não deve ignorar o Conselho das Comunidades Portuguesas, pois é Lei e a Lei deve ser respeitada e cumprida. Frisou que os conselheiros devem se unir e lutar para um orçamento próprio para o ano de 2018. Com a palavra o Conselheiro da Venezuela Sr. Leonel Moniz da Silva informou que solicitou, por escrito, ao Cônsul de Portugal em Valência – Venezuela, que este formasse o Conselho Consultivo e convidasse os membros da comunidade que trabalham em prol das comunidades portuguesas. Comunicou que quanto ao ensino da língua portuguesa no estrangeiro, na Venezuela existem centros de ensino, com valores diferenciados para sócios e não-sócios dos referidos centros. Comunicou, também, que solicitou apoio ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades – Professor Dr. Augusto Santos Silva para que o Governo de Portugal envie material de ensino para os Centros de Ensino da Venezuela. Passada a palavra ao Conselheiro do Brasil Sr. José Miranda Reis de Melo, fez questão de registrar e elogiar o belo trabalho que vem desempenhando o Dr. Flávio Alves Martins como Presidente do Conselho Permanente. Destacou também a luta quanto a regulamentação da Lei dos Netos, prevista para junho de 2017. Foi passada a palavra ao Conselheiro do Brasil Dr. Arnaldo Jorge Veríssimo Vidal onde relatou que a Nacionalidade atribuída ao cônjuge pode ser solicitada após 3 (três) anos de matrimônio, conforme o código português. Informou que várias pessoas tem obtido êxito em tal solicitação perante a justiça. Fez questão de relatar que o

Vice Consulado de Portugal em Fortaleza-CE possui apenas 1 (uma) funcionária, o que vem causando sérios transtornos aos utentes, pois quando a funcionaria precisa se ausentar do Vice Consulado o mesmo tem que ser fechado. Com a palavra o Conselheiro da Venezuela Sr. José Fernando Campos da Silva Topa destacou e parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Presidente do Conselho Permanente Dr. Flávio Alves Martins. Destacou, também, que todos os Conselheiros devem lutar pelos seus direitos junto ao Governo português e que faça-se cumprir a lei. Suguiu que as Reuniões das Comissões Temáticas sejam realizadas junto com as reuniões do Conselho Permanente, pois seria uma forma de melhorar a comunicação entre elas. Passada a palavra ao Conselheiro do Brasil Sr. Dinaldo Bizarro dos Santos, este também parabenizou o trabalho do Conselho Permanente, opinando que a verba para o Conselho das Comunidades Portuguesas seja um orçamento próprio, desmembrado do orçamento para a Direção Geral de Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. Com a palavra a Conselheira do Brasil Sra. Teresa Pires Morgado transmitiu os cumprimentos do Conselheiro Sr. David Augusto da Fonte, que encontra-se ausente por motivo de saúde – devidamente justificada no início da reunião. Elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Consulado Geral de Portugal em São Paulo-SP, tendo a frente o Sr. Cônsul Geral Dr. Paulo Lourenço e Cônsul Adjunto Dr. Hugo Gravanita, que sempre comunicam os Srs. Conselheiros sobre os eventos e acontecimentos da comunidade portuguesa. Registrou voto de louvor ao Sr. Paulo Porto pelo trabalho desenvolvido na provedoria. Passada a palavra o Conselheiro do Brasil Professor Dr. Marco António Borges, fez questão de parabenizar e elogiar o Consulado de Portugal em Belo Horizonte-MG, onde o mesmo possui excelente movimento. Informou que existem aproximadamente 7.500 (sete mil e quinhentos) inscritos e 4 (quatro) funcionários para atender os utentes. Agradeceu o apoio recebido pelos demais Conselheiros das Comunidades Portuguesas. Passada a palavra ao Conselheiro da Venezuela Sr. António de Freitas, parabenizou a gestão do Presidente do Conselho Permanente – Dr. Flávio Alves Martins. Com a palavra a Conselheira Suplente pelo Uruguai a Sra. Roxana Tejera deseja que o Novo Embaixador de Portugal no Uruguai seja melhor que o antecessor, bem como a nova funcionária para o posto consular daquele país. Passada a palavra para a Conselheira da Argentina Sra. Maria Violante Mendes Martins destacou que na Argentina existem mais de 20.000 (vinte mil) inscritos, porém só existem 2 (dois) funcionários no posto consular – e as vezes somente 1. Com a palavra a

Conselheira da Venezuela Sra. Maria de Lurdes Almeida Traça, destacou que a língua portuguesa deveria ser vista como a língua mãe e não simplesmente como uma língua estrangeira. Com a palavra a Conselheira, também pela Venezuela, Sra. Maria de Fatima de Pontes Loreto felicitou o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Conselho Permanente. Relatou que o Consulado de Valência – Venezuela possui um atendimento ruim aos utentes, pois possui 10 (dez) funcionários para atender uma media de 80 (oitenta) pessoas por dia. Muitos desses utentes precisam chegar às 3h00min para obter uma ficha para atendimento. Foi passada a palavra ao Conselheiro do Brasil o Sr. Conselheiro José Duarte de Almeida Alves, que agradeceu todas as palavras de carinho que recebeu pelos Conselheiros presentes. Ratificou todas as palavras proferidas pelo Sr. Presidente do Conselho Permanente Dr. Flávio Alves Martins. Sugeriu que as reuniões das Comissões Temáticas acontecessem uma semana antes da reunião do Conselho Permanente, para que as reivindicações e assuntos fossem tratados com a devida antecedência. Comunicou que o Consulado Honorário de Santos-SP funciona em perfeito estado. O Conselheiro José Duarte apresentou o relatório da Comissão de Assuntos Consulares e Participação Cívica e Política, nada foi mencionado a respeito diferentemente dos presidentes das outras comissões, apesar de ter entregue o mesmo por escrito e lido perante todos os conselheiros presentes nada se falando sobre o nosso excelente trabalho realizado ao longo das onze reuniões mensais. Menção de Louvor ao Cônsul Honorário de Santos apresentado pelos Conselheiros José Duarte e Vasco Monteiro e colocado em votação pelo presidente do Conselho Regional. Com a palavra o Sr. Conselheiro Vasco Frias Monteiro agradeceu a presença de todos e, particularmente, ficou muito feliz pela presença de todos os Srs.(as) Conselheiros (as). Destacou que há muitos anos atrás a cidade de Santos-SP chegou a possuir 70% de sua população de portugueses natos. Lamentou a dificuldade de obtenção de recursos para a realização do Conselho Regional das Comunidades, que somente depois de muitas negociações, telefonemas para Lisboa, foram possíveis adquirirem recursos para a realização da reunião. Passada a palavra ao Presidente do Conselho Permanente, o Dr. Flavio Alves Martins propôs que seja solicitado um orçamento mínimo de 200.000 Euros para o pleno funcionamento do Conselho Regional das Comunidades para América Central e América do Sul. O Sr. Presidente também fez algumas propostas: Voto de Louvor às associações que promovem o Encontro das Comunidades do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul-BRASIL); solicitar ao Ministério da

Administração Interna e Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas olhar com mais carinho à situação vivida na Argentina – em especial ao consulado de Comodoro Rivadavia, na Argentina, para que fosse capacitado de máquinas para emissão de passaporte e cartão do cidadão, bem como a validade dos mesmos fossem alteradas dos atuais 5 (cinco) anos para 10 (dez) anos de validade; proposta de aumento do número de funcionários nos postos consulares, em especial Montevideu (Uruguia), Valência (Venezuela), Fortaleza (Brasil), Buenos Aires (Argentina); proposta de melhorias no ensino da língua portuguesa, como língua mãe, na Venezuela, Uruguai e Argentina. Todas as propostas foram aprovadas por unanimidade. O Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul Sr. António Davide Santos da Graça passou para o próximo item: *Resumo das atividades das Comissões Temáticas*. Passou, então, a palavra ao Conselheiro da Venezuela Sr. António de Freitas – Presidente da Comissão Temática que trata das Questões Económicas e dos Fluxos Migratórios. O Sr. Presidente afirmou que, até o prezado momento, ainda não conseguiu os resultados que desejava. A atual situação vivida na Venezuela contribuiu para não conseguir os resultados esperados, porém, tem se esforçado para reverter essa situação. Apresentou três linhas de ações, a seguir: em primeiro momento, será refazer a rede de contatos e de interação entre os membros da nova Comissão, cuidando de proporcionar a todos a lista dos respectivos contatos e de lhes submeter periodicamente uma nota de síntese das atividades em curso, bem como das iniciativas e dos projetos que a comissão venha a deliberar propor. A esse respeito, espera poder contar com a colaboração indispensável dos restantes órgãos do Conselho das Comunidades Portuguesas e do gabinete de ligação. Como segunda linha de ação, terá em vista realizar o levantamento do trabalho efetuado pelas duas comissões nas áreas que hoje se enquadram no âmbito das competências da comissão, a saber: *Assuntos Económicos; Questões Sociais (segurança social) e Fluxos Migratórios*. Por fim, como terceira linha de ação, pretende assegurar a representação da comissão em órgãos que prevejam a participação das comunidades nas respectivas áreas de competência, tais como o Conselho Consultivo da Segurança Social, o Conselho Consultivo do Alto Comissariado para as Migrações entre outros; fazer o ponto situação das propostas anteriormente apresentadas e considerar a oportunidade de fazer novas propostas; avançar desde já com a abertura de processos de acompanhamento da situação, considerando a sua evolução mais recente, das

comunidades portuguesas residentes nos seguintes países: *Venezuela, Reino Unido, Estados Unidos da América*. Destacou que, o trabalho proposto pela Comissão, implica a participação ativa não apenas dos membros que fazem parte da Comissão – mas também de todos os conselheiros, sendo desejo implicar o Conselho das Comunidades Portuguesas e todos os seus órgãos no programa de atividades. Foi então passada a palavra ao Conselheiro Sr. Comendador José Duarte de Almeida Alves – Presidente da Comissão Temática para as Questões Consulares e da Participação Cívica.

Em seguida foi passada a palavra ao Conselheiro da Venezuela Sr. Fernando Topa – Presidente da Comissão Temática para o Ensino do Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação Social. Primeiramente, demonstrou o seu desagrado pela não participação dos colegas conselheiros do Luxemburgo (Custodio Portásio), da Andorra (David Borges) assim como o secretário desta comissão – Manuel Viegas (Estados Unidos da América), já que os mesmos nunca assistiram de nenhuma reunião. Manifestou-se contrario que as reuniões das comissões sejam realizadas em Lisboa (Setembro ou Outubro), pois as mesmas deveriam ser conjuntas com a reunião do Conselho Permanente, tendo em vista que quem deve presidir e convocar as reuniões é o presidente do Conselho Permanente. Inclusive, solicitou ao presidente do Conselho Permanente Dr. Flávio Martins, que tenha em conta convidar os presidentes das comissões temáticas para as reuniões do conselho permanente, consciente de que ao fazer não ser violada nenhuma Lei do Conselho das Comunidades Portuguesas. Em relação ao trabalho específico da comissão, a mesma se posicionou contra a cobrança de propinas nos países onde o idioma português se aprende como língua mãe (Europa em geral). Rechaça os custos dos exames finais nos países fora da Europa e que afetam diretamente os alunos, como é o caso da Venezuela, onde muitos alunos acabam desistindo por falta de recursos para custear os exames. A carência de livros e textos para o ensino do idioma português também é um sério problema, onde solicitou apoio diretamente ao Governo Português – através do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades e do Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. O Sr. Presidente da Comissão Temática apoia todas as moções favoráveis às comunidades portuguesas, bem como promover um canal único de comunicação para o Conselho das Comunidades Portuguesas – para dar

mais visibilidade ao mesmo. Destacou o apoio da Sra. Paula Machado como único canal de divulgação dos trabalhos do Conselho das Comunidades Portuguesas e das Comissões. Por fim, informou que não tem recebido informação do Sr. Paulo Marques no que se refere ao seu trabalho como representante do Conselho das Comunidades Portuguesas na comissão de opinião da RTP. Tomou a palavra o Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul – Sr. António Davide Santos da Graça que colocou a palavra a quem dela quisesse fazer o uso. Pediu a palavra o Presidente do Conselho Permanente Sr. Flávio Alves Martins que relatou que levará, na próxima reunião do Conselho Permanente, a proposta de unificação das reuniões entre as Comissões Temáticas e Conselho Permanente, bem como cobrar mais participação dos conselheiros. O Sr. Presidente Dr. Flavio Alves Martins também relatou da importância de se criar um site oficial próprio para o Conselho das Comunidades Portuguesas, bem como a criação de um Estatuto dos Conselheiros das Comunidades Portuguesas, com propostas para futura aprovação. Solicitou a palavra o Conselheiro do Brasil Dr. Ângelo Leite Horto, onde destacou que o Conselho das Comunidades Portuguesas já possuiu um site próprio há tempos atrás. Porém, como o mesmo não era utilizado, foi retirado do ar. Com a palavra a Conselheira do Brasil Sra. Maria Alzira de Sousa Leal da Silva comunicou que, por falta de comunicação entre os conselheiros não foi possível uma perfeita reunião entre as comissões temáticas. Passada a palavra ao Conselheiro da Venezuela Sr. Leonel Moniz da Silva, informou que muitos cidadãos portugueses questionam a dificuldade para obtenção do divórcio em Portugal. Comunicou que está preocupado quanto ao tratamento dado aos utentes nos Postos Consulares da Venezuela solicitando, também, a presença da Polícia Judiciária nos postos consulares venezuelanos. Destacou que os postos consulares trabalham com número reduzido de funcionários, dificultando o trabalho – especialmente na entrega de documentos. Com a palavra a Conselheira da Argentina Sra. Maria Violante Mendes Martins, informa que é muito dificultoso o ensino da língua portuguesa naquele país. Passada a palavra para a Conselheira da Venezuela Sra. Maria de Lurdes, questionou a falta de compromisso de muitos conselheiros que não trabalham em suas comissões. Sugeriu que deveriam ser criados mecanismos de punição para os mesmos – onde a Conselheira da Venezuela Sra. Maria de Fátima relatou a mesma opinião. Solicitou a palavra o Sr. Conselheiro da Venezuela Sr. José Fernando Campos da Silva Topa onde concorda plenamente com a questão

da aprovação do Estatuto dos Conselheiros, pois seria também uma forma de reconhecimento do trabalho do Conselho das Comunidades Portuguesas. O Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul – Sr. António Davide Santos da Graça tomou a palavra para passar ao próximo item da reunião: *Resumo das ações das Secções e Subsecções Locais*. Passou a palavra para a Conselheira da Argentina Sra. Maria Violante Mendes Martins, que informou que tem trabalhado no intuito de incentivar os jovens a participar mais das comunidades portuguesas. Comunicou que tem se deslocado muito em seu país para apoiar as comunidades que a elegeram Conselheira. Passada a palavra a Conselheira da Venezuela Sra. Maria de Fátima, comunicou que solicitou ao Sr. Cônsul de Portugal em Valência que o mesmo se relacione mais com os conselheiros da região, seja mais participativo e que constitua imediatamente o Conselho Consultivo. Comunicou, também, que solicitou ao Sr. Cônsul as permanências consulares em Valência, porém ainda não foram atendidos. Em seguida foi passada a palavra a Conselheira do Uruguai Sra. Roxana Tejerres, porém a mesma informou que não recebeu nenhum relatório do Conselheiro Titular – o qual está substituindo nesta reunião, mas que apresentou alguns dados tanto da Embaixada e Consulado de Portugal em Montevideo – Uruguai. Foi recentemente designado um novo embaixador do Portugal no Uruguai, portanto ainda não poderá manifestar alguma opinião, desejando ao futuro embaixador que responda às necessidades pelos portugueses residentes neste país. Também expressa a necessidade de ter mais funcionários nesse posto consular. Passada a palavra para a Conselheira do Brasil Sra. Maria Alzira de Sousa Leal da Silva, informou que existem muitos problemas no Consulado de Portugal do Rio de Janeiro. Dentre os principais estão a demora na solicitação e obtenção de serviços consulares (cartão do cidadão e passaporte) e a dificuldade de se comunicar com o Sr. Cônsul. Inclusive já foram feitas diversas solicitações ao Sr. Cônsul, no entanto sem nenhuma resposta do mesmo. Com a palavra a Conselheira do Brasil Sra. Teresa Pires Morgado destacou o excelente relacionamento entre o Consulado Geral de Portugal em São Paulo-SP e os Conselheiros. Inclusive, convoca sempre o Conselho Consultivo e os Conselheiros para todos os eventos realizados pelo Consulado. Solicitou menção do excelente trabalho do Cônsul Geral de Portugal em São Paulo e que os conselheiros José Duarte Alves e Vasco Monteiro também fizeram grandes elogios ao trabalho do Cônsul geral que vem fazendo um belo trabalho à frente do Consulado Geral de

Portugal em São Paulo. Dada a palavra ao Conselheiro do Brasil Sr. Dinaldo Bizarro dos Santos, comunicou que possui um excelente transito na Embaixada de Portugal em Brasília-DF. Comunicou, também, que já solicitou audiência com o Sr. Embaixador para tratar do recenseamento automático. Destacou que se comunica com a comunidade portuguesa através de e-mails e que o Conselho Consultivo funciona perfeitamente. Com a palavra o Conselheiro do Brasil Dr. Arnaldo Jorge Veríssimo Vidal apresentou um resumo de suas atividades até o prezado momento. Destacou que, em fevereiro de 2016, enviou correspondência ao Sr. Secretário das Comunidades Portuguesas Dr. José Luís Carneiro comunicando a caótica situação do Consulado de Portugal em Fortaleza-CE – desde setembro de 2015, o mesmo encontrava-se sem a presença de um titular naquele posto consular, fato que foi solucionado em maio de 2016 com a chegada da Dra. Ana Cristina Santos Pedroso. Destacou, também, da participação ativa junto aos órgãos associativos da cidade de Fortaleza-CE, participando de reuniões, inaugurações e prestando todo apoio ao associativismo naquela cidade. Comunicou que, em agosto de 2016, foi constituído o Conselho Consultivo, sendo composto por 6 (seis) membros. Passada a palavra ao Conselheiro do Brasil Professor Dr. Marco António Borges, este informa que possui um excelente relacionamento com o Consulado de Portugal em Minas Gerais. Destacou que, após a contratação de um novo funcionário, o trabalho ficou bem mais ágil. Fez questão de mencionar que a Câmara do Comércio funciona muito bem e destacou, também, a família do Comendador António Mendes pelos maravilhosos trabalhos desenvolvidos em prol das Comunidades Portuguesas de Minas Gerais. Com a palavra o Conselheiro do Brasil Sr. José Miranda Reis de Melo destacou a questão da Lei dos Netos que ainda não está em vigor. Informou da necessidade urgente da referida Lei ser referendada, pois é grande a procura de utentes no Vice Consulado para saber informações sobre a Lei dos Netos. Abordou também que o Vice Consulado de Recife-PE encontra-se com equipamentos de informática muito antigos o que vem gerando desconforto aos utentes e, além do mais, gerando uma demora maior no atendimento aos mesmos. Passada a palavra ao Conselheiro do Brasil Sr. Luiz Paulo Figueiredo Pina, destacou que em Belém não funciona o Conselho Consultivo, apesar de já solicitar ao Vice-cônsul de Portugal em Belém-PA. Comunicou que o atendimento no Vice Consulado de Belém-PA é bom, porém necessita de mais um funcionário para melhorar e agilizar o atendimento aos utentes. Muitos reclamam quanto ao horário de funcionamento, pois antes o funcionamento era até as 13h00min e agora o

atendimento é somente até as 12h00min. No vice-consulado de Belém são realizados, em média, 50 atendimentos diários e 35 atos consulares. Estão registradas cerca de 10.000 (dez mil) pessoas, sendo que destas 1.963 (um mil novecentos e sessenta e três) pessoas estão recenseadas. Fez questão de destacar e parabenizar o consulado honorário de São Luís-MA que possui a melhor media de recenseados: 1.025 (mil e vinte e cinco) inscritos e 536 (quinhentos e trinta e seis) recenseados, ou seja, 52% de pessoas recenseadas. Em relação ao Vice Consulado de Manaus-AM, informa da necessidade de uma antena consular no mesmo para agilizar a emissão de passaportes e cartão do cidadão, pois atualmente a fila de espera está superior a 10 meses para obtenção dos referidos documentos. É de máxima urgência a contratação de mais 1 funcionário para o Vice Consulado de Manaus-AM. Destacou o magnifico trabalho desempenhado pela TAP em Belém-PA, no comando do Gerente Regional Sr. Douglas Lima. Destacou, também, que Belém possui 2 (dois) voos semanais Belém-PA – Lisboa – Belém-PA, onde em ambos os trechos a taxa de ocupação dos voos é superior à 80% (oitenta por cento). Relatou que o vice-consulado, em algumas vezes, não tem dado o devido tratamento ao conselheiro – não reconhecendo sua autoridade e representatividade. Comunicou que vai enviar a queixa por escrito ao Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. Comunicou, também, que realizou – entre 2015 e 2016 3 (três) visitas oficiais à Comunidade Portuguesa na cidade de São Luís-MA, com recursos próprios, sendo uma delas acompanhando o Sr. Deputado da Assembleia da Republica DR. Carlos Páscoa. Em uma das visitas também foi para incentivar as comemorações do Dia de Camões e de Portugal (10 de junho). Com a palavra o Conselheiro do Brasil e Presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas para América Central e do Sul Sr. António Davide Santos da Graça, sugeriu votos de louvor ao Sr. Consul Honorário de Santos-SP pelo trabalho desempenhado junto às comunidades portuguesas. Passando a palavra ao Conselheiro do Brasil Comendador Vasco Frias Monteiro, destacou o apoio dado pelo Consul Honorário de Santos-SP ao Conselho das Comunidades Portuguesas para que esta reunião pudesse ser realizada. Informou que o Cônsul de Portugal em São Paulo-SP será substituído, esperando que o próximo seja tão bom quanto este. Sugeriu que a próxima reunião da Secção Brasil seja realizada na cidade do Rio de Janeiro-RJ. O Conselheiro do Brasil Dr. Ângelo Leite Horta sugeriu que o Consulado Honorário de Santos-SP fosse elevado para, pelo menos, Vice-consulado. Com a palavra o Conselheiro e Presidente do Conselho Regional para

América Central e América do Sul Sr. António Davide Santos da Graça fez um relato das atividades do Vice-Consulado de Portugal em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e que está à frente deste posto consular Dra. Adriana de Melo Ribeiro (Vice-Cônsul), que fez elogios ao trabalho que vem desenvolvendo à frente do Vice-Consulado, que a comunidade está muito contente com sua simpatia e dedicação a todos, que depois de alguns responsáveis pelo posto consular (Consul), hoje tem uma pessoa que é respeitada e trabalha em prol de nossas comunidades. Informou que os Cartões do Cidadão estão sendo emitidos desde junho de 2016. Com relação ao atendimento consular o conselheiro recebe varias reclamações de utentes a respeito dos funcionários que são muitas vezes grosseiros e em algumas vezes sendo mal educados. Na inauguração do Espaço do Cidadão no Consulado Geral de Portugal em São Paulo, funcionários que tratam dos vistos informaram que em alguns casos esses vistos vem incompletos e num caso um passaporte (brasileiro) chegou grampeado e no local da fotografia e que solicitam mais atenção no preenchimento dos vistos e um maior cuidado com os documentos apresentados no caso desse passaporte. O posto consular precisa urgentemente de um novo local, porque o atual não há condições em que o local fica em uma zona degradada no centro da cidade e que o valor que pagam de aluguel e demais despesas em outros locais está com valores mais acessíveis e em melhores condições de receber seus utentes. Quanto ao atendimento telefônico realmente não se consegue falar, durante a manhã tem uma gravação informando que o atendimento telefônico é a partir das 13:00 hrs e que após esse horário o telefone sempre dá sinal de ocupado. O Conselheiro já tratou destes assuntos com a Vice-Cônsul no que informou a questão dos funcionários é que já estão á muito tempo a trabalhar no posto consular e que eles vem de uma situação que vinha do passado, quanto ao telefone informou que existe um problema da operadora e ainda não o resolveram (o que já faz muito tempo). Com relação ao número de inscritos existem em torno de 9.700. Em Pelotas e Rio Grande existe um Consulado Honorário em cada dessas cidades. Informou que o próximo Encontro das Comunidades Portuguesas e Luso-Descendentes do Cone Sul será realizado na cidade de Colónia do Sacramento e espera a presença do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

01/04/2017.

Com a palavra o Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul, Sr. António Davide Santos da Graça, passou ao item: *Proposta de Ação Comum para o triênio 2017 à 2019*. Dar mais atenção aos assuntos consulares, no que diz respeito a questão de agendamentos, atendimentos aos utentes bem como a falta de funcionários capacitados para os postos consulares; a dificuldade da conversão da nacionalidade portuguesa junto as conservatórias de Lisboa; foi proposto que as associações portuguesas sejam mais assistidas, apoiadas e ajudadas pelo Governo Português; olhar com mais atenção e dar mais suporte quanto ao ensino da língua portuguesa no estrangeiro, em especial na Venezuela, Uruguai e Argentina. Solicitada a palavra pelo Conselheiro da Venezuela Sr. José Fernando Campos Topa, este sugeriu que fosse incluído no Plano de Ação a questão do recenseamento nos postos consulares. O Conselheiro do Brasil Sr. Dinaldo Bizarro dos Santos destacou quanto a modernização dos postos consulares para emissão de passaportes e cartão do cidadão. Com a palavra o Conselheiro do Brasil e Presidente do Conselho Permanente Dr. Flávio Alves Martins, resumiu os tópicos do Plano de Ação, assim definidos: Participação Política e Cidadania (Recenseamento automático, participação nas votações); Ensino da Língua Portuguesa no Estrangeiro; Organização e Modernização dos Postos Consulares; Assistência e Seguridade Social; Associativismo. Passou-se a palavra ao Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul, Sr. António Davide Santos da Graça, que colocou em votação as propostas apresentadas. Aprovadas por unanimidade. Em seguida passou-se ao item *Eleição do Presidente e Secretário do Conselho Regional da América Central e do Sul – nos termos da Lei nº66-A/2007 de 11 de dezembro, alterada pela Lei nº29/2015 de 16 de abril*. Apresentada apenas uma lista para eleição, foram reeleitos para Presidente do Conselho Regional da América do Central e do Sul o Sr. António Davide Santos da Graça e para Secretário o Sr. Luiz Paulo Figueiredo Pina. O Sr. Presidente pediu a palavra para agradecer e pedir o apoio de todos os conselheiros para este novo mandato. Propôs aos Conselheiros que seja realizada uma reunião, on-line (Skype) uma vez a cada três meses. O Secretário Sr. Luiz Paulo Figueiredo Pina formulou uma lista com os contatos dos Conselheiros para que, nos próximos meses, possa se formar um calendário para realização das reuniões on-line. O Sr. Conselheiro e presidente do Conselho Permanente Dr. Flávio Alves Martins informou que no terceiro sábado de cada mês, às 13h00min de Lisboa, o Conselho Permanente

realiza reuniões on-line com sucesso. Solicitou que os Srs. Conselheiros enviem ofícios informando onde funcionam os Conselhos Consultivos bem como o número de funcionários existentes nos Postos Consulares. Solicitada a palavra, o Conselheiro da Venezuela Sr. António de Freitas reforçou que, em Caracas, necessitam de mais 2 (dois) funcionários e máquina para emissão de passaporte e cartão do cidadão. A necessidade de mais funcionários se deve pelo fato do alto número de serviços efetuados por aquele posto consular: em janeiro realizaram-se 9.420 (nove mil quatrocentos e vinte) atendimentos/atos consulares e, em fevereiro, 8.032 (oito mil e trinta e dois). Foi passada a palavra ao Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul, Sr. António Davide Santos da Graça, que passou ao ultimo item da reunião – *para análise e discussão da Política do XXI Governo Constitucional para as Comunidades Portuguesas*. O Sr. Presidente consideram que cada partido político tem seu modo de trabalhar pelas comunidades portuguesas. Considera que 4 (quatro) deputados, na Assembleia da Republica, para tratar das comunidades portuguesas é muito pouco para atender/acompanhar as comunidades portuguesas no estrangeiro. Enxerga que o Governo não tem o devido interesse nas comunidades portuguesas, dessa forma conclama a união de todos os conselheiros para fortalecer o Conselho das Comunidades Portuguesas e todas as comunidades no estrangeiro. Com a palavra, a Conselheira da Venezuela Sra. Maria de Lurdes Almeida Traça ratificou o que disse o Sr. Presidente quanto ao desinteresse do Governo quanto às comunidades portuguesas no estrangeiro. Citou como exemplo que a TAP não possui mais lojas na Venezuela fazendo que com que os passageiros adquiram suas passagens exclusivamente pela internet. O problema é que o valor das passagens são em dólares ou euros e, devido a desvalorização do Bolívar, as passagens tornam-se altamente caras. Outro ponto foi a redução dos voos e a extinção do voo direto entre Caracas – ilha da Madeira (voo rentável haja vista a comunidade Madeirense ser enorme na Venezuela). Passada a palavra, a Conselheira da Venezuela Sra. Maria de Fatima de Pontes Loreto lamentou a situação delicada que passa a Venezuela e, de forma muito especial, a comunidade portuguesa residente neste país. O Sr. Presidente António Davide Santos da Graça e Conselheiro do Brasil Sr. Comendador Vasco Frias Monteiro parabenizaram a conselheira Sra. Maria de Lurdes Almeida Traça pela coragem de seu desabafo e colocam a Comunidade Luso-Brasileira a disposição – destacando que o Brasil também passa por um momento sócio-político delicado.

Solicitando a palavra, o Conselheiro e Presidente do Conselho Permanente Dr. Flavio Alves Martins sugeriu envio de carta para o Governo Português e Direção da TAP exigindo explicações dos motivos que levaram a companhia aérea a extinguir o trecho Caracas-Funchal, bem como solicitar a reativação do referido trecho. Com a palavra, o Sr. Presidente António Davide Santos da Graça perguntou se algum conselheiro desejava usar da palavra para as considerações finais. Com a palavra o Conselheiro do Brasil Comendador Sr. José Duarte de Almeida Alves agradeceu a presença de todos os Conselheiros presentes, de forma muito especial aos Conselheiros que vieram de outros países. Passada a palavra ao Conselheiro da Venezuela Sr. António de Freitas, agradeceu a todos e espera que nossas reivindicações sejam atendidas – desejo, também, das Conselheiras Sra. Roxaja Tejera (Uruguai), Sra. Maria Violante Mendes Martins (Argentina) e Dr. Arnaldo Jorge Veríssimo Vidal (Brasil). Com a palavra o Conselheiro da Venezuela Sr. José Fernando Campos Topa agradeceu o carinho e a hospitalidade que recebeu na cidade de Santos-SP e sugeriu que para a próxima reunião seja elaborada uma agenda prévia dos trabalhos para facilitar e agilizar a próxima reunião em 2018. Agradeceram o acolhimento, também, as Conselheiras da Venezuela Sra. Maria de Lurdes Almeida Traça e Sra. Maria de Fatima de Pontes Loreto. Agradeceram a presença de todos e, considerou o evento um sucesso os Conselheiros Sr. Dinaldo Bizarro dos Santos (Brasil), Sra. Maria Alzira de Sousa Leal da Silva (Brasil) e Sr. José Miranda Reis de Melo (Brasil). Passada a palavra ao Conselheiro da Venezuela Sr. Leonel Moniz da Silva agradeceu a hospitalidade e reforçou que todos os Conselheiros devem se unir e lutar por verbas para que o Conselho das Comunidades Portuguesas possa desenvolver melhor seus trabalhos perante as comunidades que os elegeram. O Conselheiro do Brasil Sr. Comendador Vasco Frias Monteiro fez questão de destacar o trabalho e empenho do Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul Sr. António Davide Santos da Graça, que não mediu esforços para a obtenção de recursos para realização desta reunião, bem como do excelente trabalho desenvolvido pelo Presidente do Conselho Permanente Dr. Flavio Alves Martins. Solicitou a palavra o Conselheiro do Brasil Dr. Ângelo Leite Horto agradeceu a todos e sugeriu que já sejam efetuados os devidos orçamentos para a realização da próxima reunião, em 2018. Sugeriu, também, que para a próxima reunião os assuntos sejam tratados de forma mais objetiva. Com a palavra o Conselheiro do Brasil e Secretário Sr. Luiz Paulo Figueiredo Pina agradeceu a

presença de todos bem como a confiança depositada em sua pessoa para continuar como Secretário do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul. Destacou que a qualidade e conforto das instalações onde os Conselheiros ficaram hospedados e realizaram seus trabalhos foram graças aos Conselheiros Sr. Comendador Vasco Frias Monteiro e Comendador José Duarte de Almeida Alves. Passada a palavra ao Conselheiro e Presidente do Conselho Permanente Dr. Flavio Alves Martins, parabenizou a organização dos trabalhos bem como que para a próxima reunião sejamos mais objetivos nos assuntos. Registrou Voto de Louvor ao Sr. Presidente António Davide Santos da Graça, Secretário Sr. Luiz Paulo Figueiredo Pina, Comendador Sr. Vasco Frias Monteiro e Comendador e Conselheiro José Duarte de Almeida Alves pela organização do evento. Com a palavra o Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul Sr. António Davide Santos da Graça agradeceu a presença de todos os Conselheiros, especialmente pela confiança depositada na presidência e no secretário do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul – por mais um mandato, assim como ao Sr. Presidente do Conselho Permanente Dr. Flavio Alves Martins. O Sr. Presidente perguntou se mais algum Conselheiro gostaria de usar da palavra. Como ninguém se manifestou o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, lavrando-se esta Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente do Conselho Regional das Comunidades Portuguesas para a América Central e América do Sul.

António Davide Santos da Graça

Conselheiro das Comunidades Portuguesas – CCP

Presidente do Conselho Regional para América Central e América do Sul

Luiz Paulo de Figueiredo Pina

Conselheiro das Comunidades Portuguesas – CCP

Secretário do Conselho Regional para América Central e América do Sul